TRF-4 nega declaração de legalidade a empresa de jogos on-line

Como o Judiciário não é órgão consultivo, nem pode interferir na ação fiscalizatória do Executivo, uma empresa de jogos on-line não conseguiu obter uma declaração de legalidade de suas atividades. A empresa pretendia conseguir uma garantia jurisdicional para que a União se abstinhasse de adotar eventuais medidas contra ela.

A autora da ação organiza campeonatos de jogos *online*, chamados de *fantasy games*. Em recurso ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a empresa afirma que suas ações são lícitas e não envolvem jogos de azar. Além disso, argumentou que *sites* do mesmo modelo já funcionam nos EUA e no Brasil.

A desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, relatora do processo na 3ª Turma, argumentou que o Judiciário não é órgão consultivo, já que sua função primordial é a solução de conflitos. Tessler acrescentou que o Judiciário também não pode interferir na ação fiscalizatória do estado, pois incumbe a este eventual ação no sentido de impedir atividade ilícita, por exemplo, em razão de seus próprios atributos.

"Se as atividades são lícitas, como afirma a parte autora, não há qualquer razão para a manifestação do Judiciário, na medida em que, em assim sendo, não haverá intervenção fiscalizatória do Estado", encerrou no acórdão. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

Processo 5026336-31.2015.4.04.7000/PR

Date Created

12/04/2017